



## **Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades**

Social practices of resistance from gender perspective against indifference to difference: for a planning of possibilities

*Rossana Brandão Tavares<sup>1</sup>, UNIGRANRIO, rossanatavares@unigranrio.edu.br.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Urbanismo PROURB/UFRJ, professora colaboradora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIGRANRIO

## RESUMO

A perspectiva de gênero nas concepções de espaço nos estudos urbanos no Brasil ainda tem sido negligenciada. As desigualdades sociais tensionadas pelas contradições de gênero revelam múltiplas realidades, complexidades e experiências urbanas ausentes das concepções clássicas de planejamento. Assim, tomando como base a epistemologia feminista e seus significativos acúmulos teóricos e metodológicos, o artigo expõe uma análise centrada nas práticas sociais de gênero no espaço urbano que desvendam processos de resistência, a serem levados em consideração no caminho de novas práticas de planejamento, que apreciem a autonomia e a diversidade. A base das reflexões expostas se relaciona a pesquisa e conclusões de tese de doutorado que apresenta o conceito de espaços generificados de resistência, isto é, uma geometria espacial complexa e paradoxal resultado de uma pressão por justiça social, próxima ao reconhecimento de que emerge o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres a partir de práticas sociais diante das desigualdades de gênero. Tal caminho metodológico busca emergir questões para a construção de um planejamento de possibilidades, frente às indiferenças no campo, relacionadas às desigualdades de gênero no espaço urbano.

**Palavras Chave:** gênero, práticas sociais, espaço, interesses práticos e estratégicos.

## ABSTRACT

The gender perspective in space conceptions in urban studies in Brazil has still been neglected. Social inequalities tensed by gender contradictions reveal multiple realities, complexities, and urban experiences that are absent from classical conceptions of planning. Thus, based on feminist epistemology and its significant theoretical and methodological discussions, the article exposes an analysis centered on the social practices of gender in urban space that uncover resistance processes, to be taken into account for new planning practices, that consider autonomy and diversity. The basis of the reflections exposed is related to the research and conclusions of doctoral thesis that presents the concept of *gendered spaces of resistance*, a complex and paradoxical spatial geometry resulting from a tension for social justice, close to the recognition that emerges a pression between the practical and strategic interests of women from social practices, face of gender inequalities. This methodological way seeks to discuss questions for the construction of a planning of possibilities against the indiferences, related to gender inequalities in the urban space.

**Keywords:** Gender, social practices, space, practical and strategic interests.

## INTRODUÇÃO

A construção social e hegemônica de gênero associada ao feminino delimita o corpo das mulheres como algo vulnerável e reforça a ideia do espaço público como um espaço perigoso, que por sua vez colabora com uma abordagem associada a vitimização das mulheres. Com isso, diante do senso comum que difunde a ideia que não há lugar seguro para nós, seja no espaço público, seja no espaço privado, é sugerido às mulheres que abracem as normas masculinas de cidade produzida para servir aos interesses de mercado que às demandas e necessidades da população. Por isso, reconhecemos a importância de novas práticas de planejamento que abarquem as contradições de gênero no espaço urbano de forma mais ampla e dialética que considere a diversidade de práticas sociais e de existência (e resistência) na cidade, assim como a valorização da autonomia das pessoas como caminho para emancipação e justiça social.

Tendo em vista as desigualdades sociais tensionadas pelas contradições de gênero revelam múltiplas realidades, complexidades e experiências urbanas ausentes das concepções clássicas de planejamento e que o debate sobre as desigualdades de gênero ainda precise avançar no Brasil, apresentamos uma análise centrada nas práticas sociais como meio de evidenciar reflexões e proposições que apontem caminhos possíveis para enfrentar as desigualdades de gênero no espaço urbano através do planejamento. Nesse sentido, propomos o conceito que chamamos de *espaços generificados de resistência*, isto é, uma geometria espacial complexa e paradoxal resultado de uma pressão por justiça social, próxima ao reconhecimento de que emerge o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres. Este conceito contribui para evidenciar as questões que cooperam para indiferença das práticas sociais diante das desigualdades de gênero no planejamento urbano no sentido de construir um planejamento de possibilidades que leve em consideração práticas sociais de resistência e interesses de gênero. Ao final apresentamos premissas possa constituir um campo de possibilidade para o planejamento urbano<sup>2</sup>.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Há alguns anos, militantes mulheres ligadas ao movimento de reforma urbana (ONGs, movimentos sociais urbanos e de moradia) têm pautado o assunto, seja internamente nos encontros e reuniões, seja nos espaços institucionais de participação. O foco basicamente é a questão do direito à cidade (Lefebvre, 2004), limitado às políticas setoriais urbanas, com maior ênfase na habitação popular, e foco nas mulheres pobres, levando em conta demandas específicas. Comumente, surgem questões que estão no âmbito de seu papel tradicional no espaço doméstico: creches, escolas, praças para as crianças etc. Entretanto, é importante ressaltar os esforços de realização de oficinas de formação, debates que culminam na produção de cartilhas, vídeos e livros de autoria coletiva<sup>3</sup>. Cotas nos espaços de representação dos conselhos das cidades, titularidade preferencial às mulheres nos programas de provisão habitacional e regularização

---

<sup>2</sup> Esse arcabouço teórico e propositivo faz parte do resultado de pesquisa realizado para tese de doutorado defendida em novembro de 2015. Focamos nos aspectos teóricos balizares da tese, optando em não fazer referência às pesquisas de campo, em especial na Favela da Providência, no contexto de resistência de moradoras(es) ao Programa Morar Carioca no âmbito do Fórum Comunitário do Porto. Cf. TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

<sup>3</sup> Cf. GOUVEIA, Taciana (org). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

fundiária, e construção de creches são as pautas comuns quando o assunto é gênero<sup>4</sup> e cidade. No entanto, não está em discussão a complexidade e as contradições vivenciadas pelas mulheres cotidianamente no espaço urbano, que limitam seu direito à cidade. A naturalização da

invisibilidade de sua experiência, suas práticas e seus interesses é notória.

É preciso considerar certas invisibilidades na relação das mulheres com o espaço urbano. Tanto os dados acerca da violência contra a mulher na cidade nos alertam sobre a necessidade de políticas e ações efetivas contra as desigualdades de gênero, mas as experiências objetivas e subjetivas das mulheres nesse espaço precisam ser problematizadas. Por outro lado, aqui não focamos nas mulheres como vítimas desamparadas da cidade; pelo contrário. Apesar de viver em cidades controladas e planejadas basicamente conforme a perspectiva da dominação masculina (ou seja, uma forma particular de violência simbólica que se infiltra nas relações sociais e na concepção de mundo (Bourdieu, 1995)), as mulheres são agentes ativos que frequentemente tentam reconceber a cidade, para desafiar e permear as fronteiras de gênero, através das práticas sociais (Hudson; Rönnblom, 2008). Por isso, diante da construção social do significado do gênero feminino e a sua espacialidade, nos parece fundamental desconstruir a indiferença a essa diferente forma de experimentar e conceber a realidade frente aos processos de opressão e desigualdades.

Concordando com a necessidade de quebrar as hierarquias analíticas e com a reflexão que “diferentes são os homens, heterossexuais, brancos, eles não são diferentes de ninguém, ao contrário, são como todo mundo; esta diferença é um estigma” (Goffman, 1976 apud Delphy, 2013, p. 9), assumir que somos todas(os) diferentes é o principal avanço. Contudo, ainda as mulheres são consideradas as ‘diferentes’ de outros que não se encaixam entre ‘os iguais’. Por isso, há indiferença ‘dos iguais’ perante tamanha diversidade. E isso se reflete também no planejamento sobretudo ao limitar possibilidades de autonomia de concepção e apropriação do espaço e de preservação de diversidades.

Com isso, os espaços urbanos se conformam cotidianamente na cidade pelas mulheres, através de práticas individuais e coletivas (por solidariedade e resistência), e evidenciam a necessidade do planejamento extrapolar a visão androcêntricas/masculina que ainda o baliza. Tais espaços se constituem por práticas sociais de corpos estigmatizados e vistos como não pertencentes a tais espaços urbanos. Por isso, são tensionados dialeticamente a resistir aos processos de opressão e afirmar sua diferença de múltiplas formas. O lugar, o tempo, a classe social, a geração e a raça/etnia também operam de forma coexistensiva<sup>5</sup>.

Os corpos não estão soltos no espaço. São corpos sociais que interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade e contradições que os cerca. Entretanto, isso não significa que somos metade cultura, metade natureza. Isto porque a experiência social de gênero é totalmente instável e não depende necessariamente do sexo, mas como opera a cultura e as relações sociais de uma dada sociedade sobre as identidades de gênero, notadamente na contemporaneidade e nas cidades mais cosmopolitas do mundo. É uma forma de se situar no mundo que corresponde, por sua vez, ao lugar em que cada corpo se posiciona diante das relações de poder em uma sociedade (Scott, 1988; Butler, 2006; Delphy, 2001; Saffioti, 2013). Um posicionamento que

<sup>4</sup> Termo corriqueiramente usado como sinônimo de mulher.

<sup>5</sup> Em contraponto, ao difundido atualmente desde a sugestão do feminismo negro sobre a perspectiva da interseccionalidade. A proposta é entrecruzar as características sociais na análise no sentido de as desnaturalizar, considerando a co-construção das relações de poder como base das desigualdades. Cf. KERGOAT, Danièle. **Se battre, disient-elles**. Paris: La Dispute, 2012.

variavelmente pode revelar subjetividades assim como interesses relacionados ao gênero que tende a interferir dialeticamente na conformação dos espaços, que ultrapassa binarismos sociais.

Tomando como base o debate de Maxine Molyneux<sup>6</sup> (2010), socióloga paquistanesa, que apresenta uma reflexão pertinente aos interesses das mulheres a partir da sua pesquisa realizada na Nicarágua Sandinista, nos anos 80. Ela estabelece algumas diferenciações importantes. Os interesses de gênero são aqueles em que mulheres (e homens) desenvolvem a partir do modo como são posicionadas socialmente, por meio de atributos de gênero, podendo ser estratégicos ou práticos, cada um direcionado de diferentes formas e envolvendo diferentes implicações para as respectivas subjetividades. Nesse processo complexo e por vezes conflituoso, é possível definir interesses gerais ainda que afetem de forma diferenciada em função do seu posicionamento social e identidade. Contudo, segundo Molyneux (2010), interesses práticos e estratégicos de gênero têm distintas derivações e envolvem implicações diferenciadas para a subjetividade das mulheres.

Para as feministas, de acordo com a autora, os interesses estratégicos das mulheres são avaliados os verdadeiros interesses das mulheres, visto que são formulados a partir do que seria uma consciência de luta por emancipação feminina, ou seja, segundo formulações feministas. Um exemplo são as medidas que buscam garantir o controle da fertilidade e da proteção contra a violência masculina. O problema para a socióloga é que condicionar as mulheres a uma unidade de luta implica em solucionar os conflitos de classe. Apesar das mulheres sofrerem discriminação de gênero e estejam cientes disso, sofremos diferentemente conforme nossa classe social e raça e etnia, afetando nossas atitudes frente à luta emancipatória. Com isso, mesmo que tenhamos uma agenda em comum, o processo para a conquista desses interesses pode se diferenciar.

Já os interesses práticos se relacionam às condições concretas do posicionamento das mulheres na divisão sexual do trabalho. Diferente dos interesses estratégicos, estes são formulados por mulheres que estão mais nessa posição do que fora. Por isso, são interesses que divergem quanto àquelas que procuram a emancipação ou a igualdade de gênero (Molyneux, 2010). Aqui novamente, a classe social e a raça exercem diferenças. Por exemplo, quando a vida familiar está ameaçada, e o Estado não provém suas necessidades, as mulheres tendem a se organizar, normalmente as mais pobres, para mobilização de recursos, como é o caso das remoções que aconteceram nos últimos anos no Rio de Janeiro em função dos Megaeventos Esportivos<sup>7</sup>, ou mesmo quando seus filhos(as) são vítimas da política de segurança nas favelas cariocas.

Interesses práticos não podem ser considerados distantes dos efeitos de classe. Além disso, estes interesses práticos não desafiam em si as formas predominantes de subordinação de gênero, mesmo que surjam diretamente fora delas. A compreensão disso é vital para o entendimento da capacidade ou o fracasso dos estados ou organizações em ganhar a lealdade e apoio das mulheres (Molyneux, 2010, p. 23, tradução nossa).

Em grande medida, o planejamento deveria levar em consideração interesses práticos de uma sociedade ou grupo. Não é por acaso que recorremos ou a um modelo que traduza esses interesses, ou a produção de análises e diagnósticos que representem tais demandas, ao mesmo tempo que produzam um retrato da problemática urbana de um bairro ou área em questão<sup>8</sup>. No

<sup>6</sup> Professora da UCL, passou sua infância na Índia e na América Latina, e desde os anos 80, tem pesquisado sobre as mulheres na Nicarágua pós-revolução sandinista, em julho de 1979.

<sup>7</sup> Cf. CPCO. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê, Rio de Janeiro, junho 2014.

<sup>8</sup> Nosso objetivo não é centrar o debate nos modelos históricos e contemporâneos de planejamento, mas nos efeitos atuais para a perspectiva prospectiva de metodologia de um planejamento inclusivo de possibilidades.



entanto, a delimitação das manchas de intervenção assim como de seu impacto é um processo definido por fatores políticos, sociais e técnicos, do mesmo modo quando demarcam-se os lugares dos estudos urbanos.

a demarcação dos lugares urbanos sempre implica complexas manobras epistemológicas, políticas e cartográficas; se trata mais de “configurações multi-escalares heteroglóssicas para interações e interseções”<sup>41</sup> que de artefatos espaciais, discretos, pré- estabelecidos ou autônomos. Entretanto, de uma maneira mais abstrata, a orientação teórica aqui desenvolvida sugere que o caráter urbano de qualquer local (desde a escala do bairro até a do mundo inteiro) só pode ser definido em termos substantivos, com respeito aos processos sócio-espaciais históricos que o produzem. Como se tem apontado, o urbano é então uma “abstração concreta”, na qual as relações sócio-espaciais contraditórias do capitalismo (mercantilização, circulação e acumulação de capital e formas conexas de regulação/impugnação política) são territorializadas (incorporadas em contextos concretos e, por fim, fragmentadas) e ao mesmo tempo se generalizam (estendidas ao longo de cada lugar, território e escala e, então, universalizadas) (Brenner, 2014, p. 12).

Por esse ângulo, como Neil Brenner (2014) defende, os históricos processos socioespaciais que definem o caráter urbano de um lugar são determinados dialeticamente entre o geral e o específico, territorial e conseqüentemente especializado (tempo e espaço)<sup>89</sup>. Os interesses e demandas em jogo nos lugares sofrem a influência dessa ‘abstração concreta’ dialética, que tem como causa os processos históricos que produzem as características das práticas e relações sociais, assim com as estratégias elegidas ou pretendidas. Com isso, os ‘efeitos sociais’ são determinantes. Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado às questões de gênero, assim como o entendimento da problemática urbana, posto que são parte do que chamamos de efeitos sociais. Diante dos processos históricos os quais estruturaram as relações desiguais de gênero, quando falamos de ‘interesses de gênero’, podemos considerá-los como equivalentes aos interesses das mulheres, pois os ‘efeitos de gênero’ são um dos principais determinantes dos interesses das mulheres. Assim, a subjetividade das mulheres (real ou potencial) se estrutura por esses ‘efeitos’ que por sua vez se confrontam com os interesses dos homens. Apesar de ser confortável afirmar que as mulheres (como abstração) possuem interesses em comum, não há consenso sobre como se caracterizam e como são formulados. Isto porque “não há uma teoria casual, aplicável, universal e adequada que explique a subordinação das mulheres, assim como uma interpretação geral de como os interesses das mulheres podem ser interligados” (Molyneux, 2010, p. 21-22).

Assim como a problemática urbana se diferencia desigualmente nos lugares, é fundamental reconhecer que há diferenciações no modo como as desigualdades de gênero se apresentam a fim de evitar a tendencia de homogeneizar inclusive as desigualdades, numa perspectiva de universalização das políticas. Desse modo, uma teoria dos interesses que tem aplicação no debate sobre a capacidade das mulheres em lutar por (e se beneficiar de) mudanças sociais, segundo Molyneux (2010), deve iniciar-se a partir do reconhecimento da diferença do que buscar construir artificialmente a homogeneidade de interesses.

Nesse sentido, o reconhecimento das desigualdades e da diferença de interesses de gênero e respectivamente a interferência dialética no espaço urbano, seriam os primeiros caminhos para a construção de um planejamento de possibilidades. Contudo, vemos como fundamental analisar as

---

<sup>9</sup> Nós nos baseamos nas reflexões de Milton Santos acerca da diferenciação entre território e espaço. O território é algo específico e com limites bem determinados que podem sofrer mudanças ao longo da história pelos conflitos que ali possam ocorrer. O espaço por sua vez é mais amplo e complexo, sem definições fixas: “a utilização do território pelo povo cria o espaço” (SANTOS, 1978).

práticas sociais que revelam processos de resistências pautadas por interesses práticos e estratégicos das mulheres diante das contradições de gênero para construção metodológica de uma possível perspectiva de planejamento que leve em consideração a diversidade e autonomia.

## AS PRÁTICAS SOCIAIS E DE RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

A epistemologia feminista tem contribuído para o surgimento de novos aportes teóricos, reinterpretando análises androcêntricas (masculina e heteronormativa) de diversas disciplinas, inclusive a dos estudos urbanos. Uma das questões fundamentais na teoria feminista e de gênero é a histórica imposição de um modelo de existência (Beauvoir, 1970) reinventado cotidianamente pelos processos de dominação, e questionado por feministas, não só através do discurso mas também através da busca de práticas transformadoras que colocam em xeque o ideal feminino (ou de mulher). A própria ideia socialmente construída de espaço urbano, de forma geral, coloca as mulheres em um lugar marginal e dito feminino: o espaço doméstico (espaço privado); enquanto os homens estão num lugar central, considerado naturalmente masculino: o espaço público, sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante (Coutras, 1997; Mcdowell, 1999).

Mas essa é uma visão simplista e binária que não considera espacialmente a análise das práticas sociais. A prática social é uma ferramenta de tensionamento cotidiano à qual as mulheres acionam (mesmo aquelas que não se consideram feministas), podendo “formatar novas formas de resistência como portadoras de mudanças potenciais no âmbito das relações sociais” (Kergoat, 2012, p. 128, tradução nossa). Relações sociais de gênero que se articulam, sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e operação.

Danièle Kergoat (2012) evidencia que as práticas sociais podem revelar dois tipos de resistências: (i) resistências para a manutenção da tradição ou do status quo, comumente aqueles que exercem o papel de dominação; e (ii) resistências ao estabelecido no sentido de gerar mudanças e transformações, comumente as(os) dominadas(os). Com isso, se estabelecem conflitos que geram consequências cotidianas e processuais no modo como o espaço urbano é produzido e reproduzido.

As mulheres “escreve[m] enquanto lê[em], ali onde a repressão falhou, onde o sistema se fragmentou, e onde ela[s] não deseja[m] ser reconstruída[s] descobrindo nele o reflexo de um sistema unitário, homogêneo, fechado” (Agest, 2008, p.596)

Isto quer dizer que procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir através de nossos corpos e práticas sociais.

Apesar das relações de poder entre opressores e oprimidos, há práticas sociais de resistência à exclusão promovidas pelas subjetividades dominantes. Esta constante tensão de quem está fora e quem está dentro depende de inúmeros elementos, como a identidade do grupo, o tempo, etc. entre os quais influenciam nas práticas sociais das mulheres, assim como dos homens. Nesse caso, a combinação de práticas sociais permitem os processos de resistência e a possibilidade da

criação da novidade, subvertendo o ideal de gênero no espaço (Rose, 1993; Silva, 2007)<sup>10</sup>. Por isso, a reivindicação por um planejamento de possibilidades.

Levando em consideração que a visão marxista de prática social é dialeticamente a materialidade da produção humana, das interações sociais e ideias individuais e coletivas, ela é uma categoria importante para perceber como as práticas sociais são capazes de transformar objetivamente a realidade. Ao contrário das ideias, que estão no plano da teoria. Para nós, as ideias, a imaginação e a tomada de consciência são fundamentais, pois alavancam as práticas. Na verdade, chamamos atenção para o olhar sobre as práticas para sermos capazes de compreender como elas rompem com as contradições postas no espaço urbano, ou seja, como as mulheres ao mesmo tempo incorporam e rompem com o poder resistindo através das práticas sociais.

Porém, há uma fator importante que é preciso reforçar: a localização das práticas sociais. A cidade é portadora de múltiplos significados e também resistências. O espaço é determinante de forma coexistente às relações de gênero e as outras dimensões sociais: classe, raça, geração. Não são apenas as características sociais que definem as práticas mas também sua espacialidade, ou seja, a localização é fundamental para compreensão das práticas sociais das mulheres e de qualquer outro sujeito.

### RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS GENERIFICADOS DE RESISTÊNCIA

Um primeiro aspecto a ser destacado é que é fundamental que o planejamento possibilite que as mulheres se apropriem do espaço, marcando sua presença, pois desnaturaliza o seu corpo que é pressionado para permanecer à margem, constrangido e segregado. A mera presença das mulheres confronta e ameaça as normativas hegemônicas e androcêntricas. Analisar de forma relacional os corpos e as práticas das mulheres, nos permite qualificar as múltiplas resistências como algo não fixo, móvel, instável, aberto, possível. A sua presença permite o surgimento (também móvel, instável, aberto) ou a manifestação de um espaço diferencial<sup>11</sup> (Lefebvre, 2000; 2008) tensionado pelas contradições de gênero que é tensionado por uma geometria complexa e paradoxal, tanto à margem como ao centro. Nesse sentido, o debate binário sobre segregação no planejamento não dá conta dessa perspectiva de espaço.

Inspirada nas reflexões de Gillian Rose<sup>12</sup> (1993), desafiamos as concepções clássicas de espaço que estruturam os modelos de planejamento. Segundo Rose (1993), pela insistência de experimentar, sentir, viver, interpretar um espaço que é na verdade paradoxal, onde o simbólico e o material são coexistentes, articulados em uma complexidade diferencial que aponta para a plurilocalidade em contradição. Um paradoxo que ocupa o centro e a margem, em que o território do 'Mesmo', nos termos da geógrafa, se diferencia pelo centro do 'Mesmo' e pela margem do 'Outro'. Sendo que o 'Outro' não está fora do território discursivo do 'Mesmo'. Esta concepção ilumina as possibilidades

<sup>10</sup> Ambas as autoras discutem a questão da heteronormatividades a partir da teoria queer, mas para os fins desse artigo não trataremos dessa perspectiva de análise.

<sup>11</sup> Conceito que se constrói dentro de uma perspectiva crítica das abordagens redutoras e parciais do que ele chama de ideologias totalizadoras do planejamento e das representações do espaço econômico. Como abordamos anteriormente, essa política que concebe o espaço como homogêneo e vazio produz a indiferença às diferenças.

<sup>12</sup> Gillian Rose é uma geógrafa britânica, professora e decana associada da Open University. Ela é mais conhecida por seu livro, "Feminismo e Geografia: os limites do conhecimento geográfico". Escrito a partir de uma perspectiva feminista, estimulou uma série de debates dentro da geografia sobre o modo e as condições de como o conhecimento geográfico é construído. Ela discute também as diferentes escalas identitárias que podemos ter: do local ao global, que por sua vez podem também se diferenciar. Atualmente, ela tem se dedicado ao debate da cultura visual.



de transformação dentro da estrutura de dominação masculina no âmbito do planejamento a partir de outra concepção de espaço. Desse modo, a combinação de práticas espaciais permite que os processos de resistência se tornem possibilidades da criação da novidade, confrontando o ideal de gênero no espaço urbano. Em lugares que comumente se desenrolam mais evidentemente tais normativas, eles podem se tornar locais de resistência, subversão e ressignificação de tais ideais.

Assim, definimos o conceito de *espaço generificado de resistência* como um propositivo a ser levado em consideração na constituição de um planejamento de possibilidades. Este não se caracteriza por determinado lugar. Por isso, não é fixo, uma vez que a primeira dimensão do espaço generificado de resistência reside no corpo das mulheres a partir de suas práticas sociais. No entanto, apesar do espaço generificado de resistência partir do corpo e de suas práticas, é o espaço que suscita práticas generificadas de resistência, diante dos processos de desigualdade, discriminação, exploração, opressão e segregação socioespacial que se espacializam e tensionam os seus interesses e suas práticas. Se há práticas sociais de resistência frente às desigualdade de gênero, ali se constitui o espaço generificado de resistência, compondo de um lado a correlação de forças do modo de produção do espaço urbano, no caminho do reconhecimento e da justiça, e de outro, resistências para garantir práticas hegemônicas.

Sendo assim, é fundamental uma noção de espacialidade para a construção de uma nova relação que articule poder (possibilidade), conhecimento e subjetividade, como propõe Gillian Rose (1993) para o planejamento urbano, sem que repliquemos a exclusão das(os) consideradas(os) diferentes e das(os) iguais onde possamos nos reconhecer e estabelecer práticas de solidariedade e tolerância. Com isso, tanto o material quanto o simbólico coexistem paradoxalmente. Precisamos projetar esse espaço de desconstrução e construção, de aprendizagem política e epistemológica, sem preconceções, para o reconhecimento das diferenças e de múltiplos interesses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar condições materiais para que sejamos autônomas e protagonistas na transformação do espaço urbano, de acordo com nossos interesses práticos e estratégicos, é um modo de desafiar a ideologia dominante no planejamento<sup>12</sup>. Defendemos sobretudo que o planejamento, além de não

ser indiferente a problemática de gênero, não force um modelo que aprisione os lugares e dificulte interferências pelas práticas espaciais. Que hipóteses possam ser propostas. As possibilidades materiais do planejamento são apenas um aspecto dentre outros que influenciariam a qualidade do espaço urbano. Do mesmo modo que os processos participativos, que deveriam anteceder e balizar as proposições, por exemplo, não são suficientes para romper com os limites que ainda encontramos para alcançar a problemática urbana atual, tendo em vista o modo como eles se estruturam, mesmo nos modelos ideais preconizados pelo campo da reforma urbana. Precisamos ir além. Levar em consideração as subjetividades que constroem os interesses práticos e estratégicos também deve ser um elemento do processo participativo, mas não o único momento. É um processo que não se limita às intervenções em si.

Além da compreensão dessa espacialidade com perspectiva de gênero (espaço generificado de resistência), propomos algumas premissas para que o planejamento possa constituir um campo de possibilidade de rompimento das normativas androcêntricas, cujos processos de investigação teórica e empírica se baseiem nas práticas espaciais de resistência.

[1] Reconhecer que, assim como a dimensão de classe, as consequências das desigualdades de gênero no espaço urbano são diversas, heterogêneas e policêntricas, é preciso estar atenta à perspectiva da diferença como pressuposto das análises e das proposições;

[2] Atentar aos interesses práticos de gênero numa perspectiva estratégica de construção da autonomia e justiça através das práticas espaciais das mulheres, mesmo que estas pareçam contraditórias aos interesses estratégicos de emancipação feminina. Dar relevância, num primeiro momento, aos interesses práticos não desconstrói as possibilidades de constituição de estratégias emancipatórias feministas;

[3] Os espaços urbanos devem se constituir como espaços abertos às possibilidades, permitindo a hibridiz dos lugares, em vez de sítios monofuncionais. A definição de funções e de uso do solo rígidas e estanques dificultam o imprevisível e a possibilidade de transformação, através das práticas espaciais já em processo, ou na 'provocação' de novas práticas de resistência e/ou emancipatórias na cidade. A partir desse princípio, evitamos proposições que levem em consideração de forma central o debate da segurança, assim como as práticas de cuidado de crianças e idosos(os), que recaiam majoritariamente sobre os ombros das mulheres; uma vez que podemos incorrer nos perigos de incidir nas premissas androcêntricas que isolam ou constroem espaços estigmatizados ligados às ditas 'práticas femininas';

[4] Enquanto espaços de possibilidade, os corpos das mulheres e suas práticas espaciais devem ser considerados como mecanismo de interferência no espaço urbano. A simples presença dos seus corpos desorienta e desestabiliza o espaço segundo padrões dominantes, e esse aspecto pode suscitar processos de transformação do espaço urbano;

[5] O espaço urbano é portador de múltiplos significados para as mulheres. Através de experiências cotidianas e práticas espaciais, os espaços podem significar limites, fronteiras ou possibilidades, bem como a representação de identidades sociais. Com isso, precisamos gerar condições mínimas para que as mulheres possam desconstruir ou construir seu lugar no espaço urbano;

[6] Sendo corpos que não se restringem ao espaço privado ou ao lugar da moradia, as proposições devem levar em consideração interferências policêntricas e/ou extensivas no espaço urbano. Sendo assim, se permite estabelecer práticas que reverberem pela cidade, onde se possa propagar uma perspectiva solidária de resistência, admitindo que as mulheres se coloquem como corpos visíveis e capazes de influenciar um novo modo de produção do espaço urbano.

## REFERÊNCIAS

- AGREST, Diana. À Margem da Arquitetura: Corpo, Lógica e Sexo. In: NESBITT, K. (org) **Uma nova agenda para a arquitetura: Antologia Teórica 1964-1995**. São Paulo: Cosac Naify, p. 584-598, 2008.
- AHMED, Sara. **Differences that matters: feminist theory and postmodernism**. Cambridge, Melbourne : Cambridge University Press, 1998.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E.(org), **A cidade do pensamento único - desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Difusão Européia do Livro. Tradução: Sérgio Milliet . Vol. I. São Paulo, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRENNER, Neil. Teses sobre urbanização. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, nº 19, ano 5, p: 6 – 26, Dez 2014.
- BUTLER, Judith. **Trouble dans le Genre – le féminisme et la subversion de l’identité**. Tradução: Cynthia Kraus. Paris: La Découvert/Poche, 2006.
- \_\_\_\_\_.; LACLAU; Ernesto; ZIZEK; Slovoj. **Contingency, hegemony, universality**. London, New York: Verso, 2000.
- CALDEIRA, Teresa . **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- COUTRAS, Jacqueline. **À propos de la construction sexuée de l’espace urbain**. Cahiers du Gedisst. Paris: L'harmattan, nº 19, p: 77-94, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Crise urbaine et espace sexués**. Paris: Ed Armand Colin, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Les peurs urbaines et l'autre sexe**. Paris: L'harmattan, 2003.
- DELPHY, Christine. **L’ennemi principal T. 2: penser le genre**. Vol. 2. Paris: Syllepse, 2013.
- \_\_\_\_\_. **L’ennemi principal T.1: économie politique du patriarcat**. Paris: Sylleps, 1998.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’.  
**Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP**, n.15 p. 231-239, 2006.
- KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles**. Paris: La Dispute, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Ed. Gallimard, 1970.
- \_\_\_\_\_. **La production de l'espace**. 4ª Edição. Paris: Anthropos, 2000.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 3ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2008.

- MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geography**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.
- MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (org). **Women, gender, and politics: a reader**. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.
- ROSE, Gillian. **Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge**. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes - mito e realidade**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.
- SANDERCOCK, Leonie. Towards **cosmopolis: planning for multicultural cities**. Wiley, Chichester: John Wiles & Sons, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Space of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, Leonie (org.). **Making invisible visible: a multicultural planning history**. Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, p. 1- 33, 1998b.
- SANTOS, Joseli. (org.) **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2009.
- SCOTT, Joan W. Genre, Une catégorie utile d'analyse historique. **Cahiers Genre et Développement**, p. 41-67, 1988.